



GT 37. Estudos em contextos do Sul Global: novos inimigos, novas possibilidades e a (in)sustentabilidade das perspectivas e das redes Sul-Sul

Coordenador(es):

Lívio Sansone (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

O campo dos estudos em outras regiões do Sul Global já faz aproximadamente 20 anos no Brasil. O momento é, pois, maduro para uma avaliação deste campo de pesquisa, que tem atraído um conjunto de pesquisadores e questões que se manifestam em projetos de pesquisa, publicações e seminários e gerado um acúmulo de reflexões sobre as várias regiões do Sul Global (África, Ásia, Caribe, América Central e Meridional), desenvolvendo novas perspectivas comparativas e transnacionais e contribuindo para a internacionalização da pós-graduação em ciências humanas. Apesar da abertura de novas oportunidades de pesquisa e redes enfrentamos novos obstáculos proporcionados pela atual era dos extremos, que identifica a perspectiva Sul-Sul com um conjunto de políticas sociais progressistas. Tal cenário torna cada vez mais premente a importância de um diálogo qualificado sobre perspectivas, oportunidades, limites e desafios de um campo que passa a tomar expressão na antropologia feita no Brasil. O GT tem por objetivo reunir trabalhos desenvolvidos nos contextos acima mencionados promovendo a continuidade de um diálogo qualificado sobre pesquisas antropológicas. Apesar da ênfase na pesquisa etnográfica, o GT está aberto à interdisciplinaridade, pela importância do diálogo com historiadores e outros pesquisadores nas ciências humanas. Com esse objetivo, convidamos pesquisadores que abordem temáticas diversas que respondam aos inúmeros desafios da pesquisa sobre e estes contextos.

Tradição como diferenciação e agência política: o caso moçambicano e suas contribuições para a compreensão dos contextos contemporâneos do continente africano e do sul global

Autoria: Luiz Henrique Passador (UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo)

O debate sobre descolonização, colonialidade e decolonialidade nos países do sul global que são ex-colônias tem levantado questões sobre ancestralidade e diáspora, igualdade racial, direitos culturais e reconhecimento de saberes e autoridades tradicionais. Tais questões e debates têm evidenciado a centralidade das tradições locais e/ou em diáspora para a compreensão desses contextos e para a construção de novas perspectivas teóricas e novas ordens políticas, jurídicas e econômicas. Mbembe (2001) aponta que a tradição e a cultura operam hoje como formas africanas de auto-inscrição, Mamdani (1996) a reconhece como uma das bases para a produção de uma bifurcação do Estado colonial e pós-colonial no continente africano, Ekeh (2016) e Adebani (2017) a percebem como fundamento da constituição de dois públicos que os estados africanos contemporâneos têm que atender. As perspectivas destes e de outros autores indicam que a tradição deve ser percebida como categoria política de diferenciação (Brah 1996) e agência (Ortner xxxx) que perpassa o cenário político das relações entre estados e sociedades civis em África. Em Moçambique, desde o período colonial a tradição tem operado como forma de diferenciação e hierarquização que, juntamente com raça/cor/etnia, classe, sexo/gênero, religião, origem e outros marcadores sociais da diferença, produzem alteridades, identidades, relações de poder e agências políticas no contexto moçambicano, sendo uma das persistentes e atualizadas heranças da administração colonial portuguesa no pós-independência. Através de um estudo etnográfico e histórico das relações e conflitos entre chefias tradicionais e a administração governamental em um distrito da região sul de Moçambique, venho



observando e analisando o aspecto político que assume a tradição. Sendo uma categoria analítica cara à antropologia, esta foi apropriada política e juridicamente pela administração estatal em momentos diversos. Operou historicamente como forma de identificação e produção do indigenato no período colonial, como forma de marginalização e construção de inimigos internos no pós-independência e hoje persiste como agência de sujeitos e instituições inseridos em disputas e conflitos na arena de um estado que, como outros do sul global, assumiu uma perspectiva neoliberal a partir dos anos 90 do século passado e vem lidando com as demandas internas (fundadas na resolução dos conflitos pós-guerra civil) e de agências internacionais (para o respeito à agenda de direitos humanos e culturais) para a inclusão de estruturas classificadas como tradicionais na estrutura do próprio estado.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: